

STJ00120000

Regina Helena Costa

CURSO DE
DIREITO
TRIBUTÁRIO

CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

14ª edição
2024

saraiva  *jur.*



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Daila Costa de Oliveira

Edição Iris Ferrão

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Giselle Cristina da Silva Honorio
Guilherme Salvador
Lais Soriano
Rosana Peroni Fazolari
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Edson Colobone
Revisão Ivone Rufino Calabria

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento BMF Gráfica e Editora

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C837c Costa, Regina Helena
Curso de Direito Tributário / Regina Helena Costa. - 14.
ed. - São Paulo: Saraiva, 2024.
506 p.
ISBN: 978-85-5362-082-0 (Impresso)
1. Direito. 2. Direito Tributário. I. Título.

2023-3151

CDD 341.39
COU 34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário 341.39
2. Direito Tributário 34.336.2

Data de fechamento da edição: 26-12-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

713981

CL

608559

CAE

847533

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	V
<i>Apresentação</i>	VII
<i>Abreviaturas</i>	IX
<i>Nota à 14ª edição</i>	XIX
<i>Nota à 13ª edição</i>	XXI
<i>Nota à 12ª edição</i>	XXIII
<i>Nota à 11ª edição</i>	XXV
<i>Nota à 10ª edição</i>	XXVII
<i>Nota à 9ª edição</i>	XXIX
<i>Nota à 8ª edição</i>	XXXI
<i>Nota à 7ª edição</i>	XXXIII
<i>Nota à 6ª edição</i>	XXXV
<i>Nota à 5ª edição</i>	XXXVII
<i>Nota à 4ª edição</i>	XXXIX
<i>Nota à 3ª edição</i>	XLI
<i>Nota à 2ª edição</i>	XLIII

Parte I – Fundamentos do Direito Tributário

1. A Tributação e os Direitos Fundamentais	3
1.1. conceito de tributação	3
1.2. Tributação e direitos fundamentais	4
1.3. Escorço histórico da tributação	7
2. Perfil do Direito Tributário	10
2.1. Conceito e objeto	10
2.2. Autonomia	10
2.3. Relacionamento com outros ramos do direito	12
3. Fontes do Direito Tributário	15
3.1. Conceito e espécies	15
3.2. Fontes legislativas	15
3.2.1. Constituição da República	15
3.2.2. Lei complementar	18

3.2.2.5.	Não obstância do exercício de direitos fundamentais por via da tributação	68
3.2.2.6.	Generalidade da tributação	69
3.2.2.7.	Capacidade contributiva.....	70
3.2.2.8.	Solidariedade contributiva.....	72
3.2.2.9.	Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco	74
3.2.2.10.	Não limitação ao tráfego de pessoas e bens	75
3.2.2.11.	Uniformidade geográfica, vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos servidores e vedação à isenção heterônoma	76
3.2.2.12.	Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.....	77
3.3.	Imunidades.....	78
3.3.1.	Conceito.....	78
3.3.2.	Classificação	79
3.3.3.	Imunidades genéricas	81
3.3.3.1.	Imunidade recíproca.....	83
3.3.3.2.	Templos de qualquer culto.....	84
3.3.3.3.	Imunidades contidas no art. 150, VI, c.....	85
3.3.3.3.1.	Partidos políticos e suas fundações.....	89
3.3.3.3.2.	Entidades sindicais de trabalhadores	90
3.3.3.3.3.	Instituições de educação e de assistência social.....	91
3.3.3.4.	Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão....	98
3.3.3.5.	Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a <i>laser</i>	100
3.3.4.	Imunidades específicas.....	100
4.	Tributos e suas Espécies	105
4.1.	Conceito constitucional de tributo	105
4.2.	Definição legal	105
4.3.	Espécies.....	108
4.3.1.	Impostos	110
4.3.1.1.	Classificação dos impostos.....	112
4.3.2.	Taxas.....	114
4.3.2.1.	Taxa de polícia	115
4.3.2.2.	Taxa de serviço.....	117
4.3.2.3.	Pedágio.....	120
4.3.2.4.	Taxa e tarifa	121
4.3.3.	Contribuição de melhoria	123

4.3.4. Empréstimo compulsório.....	126
4.3.5. Contribuições.....	128
4.3.5.1. Contribuições sociais.....	131
4.3.5.2. Contribuições interventivas (CIDes).....	133
4.3.5.3. Contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	138
4.3.5.4. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.....	139

Parte III – O CTN e Suas Normas Gerais

1. O Papel do Código Tributário Nacional.....	143
2. Capacidade Tributária Ativa.....	147
3. Legislação Tributária: Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação.....	150
3.1. Legislação tributária.....	150
3.2. Vigência: conceito.....	154
3.2.1. Vigência no tempo.....	155
3.2.2. Vigência no espaço.....	156
3.3. Interpretação e seus métodos.....	157
3.4. Integração da legislação tributária.....	164
3.5. Aplicação da legislação tributária.....	166
4. Obrigação Tributária.....	170
4.1. Obrigação tributária: principal e acessória.....	170
4.2. A dissensão doutrinária.....	171
4.3. Relação jurídica sancionatória.....	175
4.4. Críticas.....	175
5. Fato Gerador.....	177
5.1. Fato gerador: conceito.....	177
5.2. A disciplina do CTN.....	178
5.3. A hipótese de incidência tributária e seus aspectos.....	184
5.3.1. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal.....	185
5.3.2. Consequente: aspecto pessoal.....	186
5.3.2.1. Sujeito ativo.....	187
5.3.2.2. Sujeição passiva tributária: considerações gerais.....	188
5.3.2.3. Solidariedade.....	190
5.3.2.4. Capacidade tributária passiva.....	192
5.3.2.5. Domicílio tributário.....	194
5.3.3. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN.....	195
5.3.3.1. Sucessão.....	198

5.3.3.2.	Responsabilidade em sentido estrito	202
5.3.3.3.	Substituição	205
5.3.3.4.	Nossa opinião.....	208
5.4.	Consequente: aspecto quantitativo	209
6.	Crédito Tributário e Lançamento	213
6.1.	Crédito tributário: conceito	213
6.2.	Lançamento: conceito, natureza jurídica e eficácia.....	214
6.2.1.	Critérios para o lançamento	218
6.2.2.	Modalidades	222
6.2.3.	O lançamento por homologação e suas peculiaridades	225
7.	Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	230
7.1.	Considerações gerais.....	230
7.2.	Hipóteses	233
7.2.1.	Moratória.....	233
7.2.2.	Depósito do montante integral.....	235
7.2.3.	Reclamações e recursos administrativos.....	238
7.2.4.	Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada	238
7.2.5.	Parcelamento.....	240
8.	Extinção do Crédito Tributário.....	243
8.1.	Introdução.....	243
8.2.	Pagamento e suas modalidades: considerações gerais.....	245
8.2.1.	Imputação do pagamento.....	248
8.2.2.	Consignação em pagamento	249
8.2.3.	Pagamento indevido e restituição do indébito	250
8.2.4.	Conversão de depósito em renda	257
8.2.5.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	258
8.2.6.	Dação em pagamento	258
8.3.	Compensação.....	259
8.4.	Transação	262
8.5.	Remissão	263
8.6.	Decadência.....	265
8.7.	Prescrição	268
8.8.	Decisão administrativa irreformável	270
8.9.	Decisão judicial passada em julgado	271
9.	Exclusão do Crédito Tributário.....	273
9.1.	Considerações gerais.....	273
9.2.	Isenção: perfil constitucional.....	274

9.2.1.	Iisenção e imunidade	275
9.2.2.	Espécies de isenções.....	277
9.2.3.	A disciplina do Código Tributário Nacional	277
9.2.4.	Iisenção e alíquota zero.....	280
9.3.	Anistia.....	281
10.	Infrações e Sanções Tributárias.....	284
10.1.	A relação sancionatória	284
10.2.	Modalidades de sanções tributárias.....	284
10.3.	Sanções políticas.....	285
10.4.	Princípios gerais do direito sancionador	286
10.5.	A disciplina do Código Tributário Nacional	289
10.6.	Denúncia espontânea.....	291
11.	Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....	295
11.1.	Conceitos	295
11.2.	A disciplina do Código Tributário Nacional	296
12.	Administração Tributária	305
12.1.	Conceito de Administração Tributária e sua disciplina constitucional	305
12.2.	A disciplina do Código Tributário Nacional	307
12.2.1.	Fiscalização	307
12.2.2.	Dívida ativa	318
12.2.3.	Certidões negativas	322

Parte IV – Impostos em Espécie

1.	Impostos Federais	329
1.1.	A competência da União em matéria de impostos	329
1.2.	Imposto de Importação	330
1.2.1.	Perfil constitucional	330
1.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	331
1.3.	Imposto de exportação	333
1.3.1.	Perfil constitucional	333
1.3.2.	Aspectos da hipótese de incidência	334
1.4.	Imposto sobre a Renda – IR.....	337
1.4.1.	Perfil constitucional	337
1.4.2.	Aspectos da hipótese de incidência	339
1.4.3.	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF	341
1.4.4.	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	344
1.5.	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	346

1.5.1.	Perfil constitucional	346
1.5.2.	Aspectos da hipótese de incidência	350
1.6.	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	352
1.6.1.	Perfil constitucional	352
1.6.2.	Aspectos da hipótese de incidência	353
1.7.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	356
1.7.1.	Perfil constitucional	356
1.7.2.	Aspectos da hipótese de incidência	358
1.8.	Imposto sobre grandes fortunas – IGF	361
1.8.1.	Perfil constitucional	361
2.	Impostos Estaduais	363
2.1.	A competência dos Estados-Membros e do Distrito Federal em matéria de impostos	363
2.2.	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos – ITCMD	363
2.2.1.	Perfil constitucional	363
2.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	365
2.3.	Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS	366
2.3.1.	Considerações gerais	366
2.3.2.	Perfil constitucional	367
2.3.3.	O papel da lei complementar	371
2.3.4.	Aspectos da hipótese de incidência	373
2.4.	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA	378
2.4.1.	Perfil constitucional	378
2.4.2.	Aspectos da hipótese de incidência	379
3.	Impostos Municipais	382
3.1.	A competência dos Municípios em matéria de impostos	382
3.2.	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU	382
3.2.1.	Perfil constitucional	382
3.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	387
3.3.	Imposto sobre transmissão de bens imóveis – ITBI	389
3.3.1.	Perfil constitucional	389
3.3.2.	Aspectos da hipótese de incidência	391
3.4.	Imposto sobre prestações de serviços de qualquer natureza – ISSQN	393
3.4.1.	Perfil constitucional	393
3.4.2.	O papel da lei complementar	394
3.4.3.	Aspectos da hipótese de incidência	397

Parte V – Noções sobre as Relações Processuais em Matéria Tributária

1. Considerações Gerais	403
1.1. Introdução: existe um autêntico “processo tributário”?	403
1.2. Algumas palavras sobre o controle de constitucionalidade em matéria tributária	405
2. Aspectos do Processo Administrativo Tributário	411
2.1. Introdução	411
2.2. A processualidade no plano constitucional	411
2.3. Objeto do processo administrativo tributário	414
2.4. Fases do processo administrativo tributário	414
2.5. A consulta	416
2.6. Perspectivas	416
3. Aspectos das Ações Judiciais Utilizadas pelos Sujeitos das Relações Tributárias	419
3.1. Considerações iniciais	419
3.2. Tutela de urgência em matéria tributária	419
3.3. Ações do sujeito passivo contra o Fisco	420
3.3.1. Mandado de segurança	420
3.3.2. Ações anulatória e declaratória do indébito tributário	421
3.3.3. Ação de repetição do indébito	422
3.3.4. Ação de compensação	423
3.4. Ações do Fisco contra o sujeito passivo	424
3.4.1. Medida cautelar fiscal	424
3.4.2. Execução fiscal	425

Parte VI – Outros Temas

1. Necessidade de Alterações no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física	433
2. Ação Civil Pública em Matéria Tributária	435
3. Repercussão Geral em Matéria Tributária: Breves Reflexões	442
<i>Referências Bibliográficas</i>	451
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	457